

Total previsto para o fornecedor (6 Itens)

**R\$
54.720,30**

3. DOS ITENS (LOTES) MALSUCEDIDOS NO CERTAME

3.5. Não houve lotes malsucedidos no certame.

4. DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS

4.6. **Valor estimado do edital:** R\$ 111.529,71 (cento e onze mil quinhentos e vinte e nove reais e setenta e um centavos)

4.7. **Valor gasto no certame:** R\$ 54.720,30 (cinquenta e quatro mil setecentos e vinte reais e trinta centavos)

4.8. **Economia real no certame:** R\$ 56.809,41 (cinquenta e seis mil oitocentos e nove reais e quarenta e um centavos)

4.9. **Percentual de desconto:** 50,9 %

5. DA HOMOLOGAÇÃO

Encaminha-se à autoridade competente, Secretário Municipal de Gestão Pública, para homologação do processo.

Londrina, 20 de março de 2019. Marlívia Gonçalves dos Santos, Pregoeira

ATO DE HOMOLOGAÇÃO PELO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA

Com base nas informações constantes neste Processo Administrativo, modalidade Pregão Presencial n.º PG/SMGP-0050/2019, em especial quanto ao relatório final (doc. 1894287), nos termos do art. 43, inciso VI, da Lei 8.666/93 e art. 4º, inciso XXII, da Lei 10.520/02, HOMOLOGO a classificação final do objeto ao(s) licitante(s) que tiveram suas propostas classificadas, respeitada a preferência de aquisição do primeiro classificado a cada lote. Uma vez cumprida a formalidade de estilo, dê-se publicidade ao ato na forma da lei.

Londrina, 26 de março de 2019. Fábio Cavazotti e Silva, Secretário(a) Municipal de Gestão Pública

RESULTADO

**RESULTADO DE HABILITAÇÃO EM MODALIDADES TRADICIONAIS
FASE DE HABILITAÇÃO REFERENTE A
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº CP/SMGP-0007/2019**

OBJETO: Execução de obras de Transposição do Ribeirão Esperança na Avenida Soiti Taruma, no trecho compreendido ente a Rua do Hipismo e as Ruas Romano Frasson e Manoel Pedro Macedo, no Município de Londrina/PR.

Conforme reunião realizada pela Comissão de Licitação, nomeados pela Portaria constante no Processo Administrativo nº PAL/SMGP-0039/2019, para análise dos documentos habilitatórios apresentados pelas empresas, e análise dos documentos técnicos pelo engenheiro responsável da Secretaria Municipal de Obras e Pavimentação – SMOP - Licitação: Resposta Análise Técnica SMOP-GOO (1916244) e diligências necessárias, em especial quanto ao apontamento da empresa KAPA na Sessão Pública realizada em 25/03/2019, quanto ao Alvará de Licença apresentado pela empresa HANSEN, em diligência à Prefeitura de Cascavel, foi informado que o Alvará de Licença é emitido por tempo indeterminado, logo, encontra-se em consonância com a ressalva da parte final do item 14.3.3 do Instrumento Convocatório, destarte, a comissão de licitação, decidiu o que segue:

HABILITAR AS EMPRESAS abaixo por atenderem ao edital:

1. HANSEN & MELO LTDA, CNPJ 28.014.669/0001-51;
2. KAPA CONSTRUCOES EIRELI, CNPJ: 18.470.259/0001-61

Diante do exposto, fica aberto o prazo de Recursal, em conformidade com o Art. 109, Inciso I da Lei 8.666/93, que se encerra em 03/04/2019.

Londrina, datado e assinado eletronicamente.

Londrina, 27 de março de 2019. Erik Wagner M Bergamo, Presidente da Comissão Permanente de Licitação, Iná Lopes Cazella, Membro da Comissão Permanente de Licitação, Eliane Andrade Gonçalves, Membro da Comissão Permanente de Licitação.

**ACESF – ADMINISTRAÇÃO DOS CEMITÉRIOS E SERVIÇOS
FUNERÁRIOS DE LONDRINA**

BALANÇOS

BALANÇO PATRIMONIAL
BALANÇO ANUAL

ANEXO 14

ATIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior

ATIVO CIRCULANTE		9.190.643,41	6.569.977,63
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		4.395.184,03	3.727.881,46
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL		4.395.184,03	3.727.881,46
CRÉDITOS A CURTO PRAZO		4.593.500,92	1.695.465,82
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER		920.084,85	348.060,92
CLIENTES		3.673.416,07	1.347.404,90
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO		32,41	0,04
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS		0,00	0,00
CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO		32,37	0,00
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO		0,04	0,04
ESTOQUES		201.926,05	1.146.630,31
MERCADORIAS PARA REVENDA		201.926,05	1.146.630,31
ALMOXARIFADO		0,00	0,00
ATIVO NÃO-CIRCULANTE		8.562.761,89	8.468.964,80
IMOBILIZADO		8.551.061,89	8.457.264,80
BENS MÓVEIS		1.697.849,33	1.537.473,05
BENS IMÓVEIS		7.059.044,46	7.027.172,55
(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS		(205.831,90)	(107.380,80)
INTANGÍVEL		11.700,00	11.700,00
MARCAS, DIREITOS E PATENTES INDUSTRIAIS		11.700,00	11.700,00
TOTAL		17.753.405,30	15.038.942,43

PASSIVO

ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
PASSIVO CIRCULANTE		4.107,10	14.839,79
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO		0,00	0,00
PESSOAL A PAGAR		0,00	0,00
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR		0,00	0,00
BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR		0,00	0,00
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR		0,00	0,00
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO		2.880,03	5.983,06
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO		2.880,03	5.983,06
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO		0,00	0,00
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIÃO		0,00	0,00
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		1.227,07	8.856,73
VALORES RESTITUÍVEIS		754,08	242,08
OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		472,99	8.614,65
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE		1.270.857,04	518.723,22
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO		489.868,98	518.723,22
PESSOAL A PAGAR		489.868,98	518.723,22

DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO		780.988,06	0,00
OUTRAS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO		780.988,06	0,00
TOTAL DO PASSIVO		1.274.964,14	533.563,01
PATRIMONIO LIQUIDO			
ESPECIFICAÇÃO		Exercício Atual	Exercício Anterior
RESULTADOS ACUMULADOS		16.478.441,16	14.505.379,42
RESULTADO DO EXERCÍCIO		1.972.111,74	1.361.544,52

PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	14.505.379,42	13.143.834,90
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	950,00	0,00
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16.478.441,16	14.505.379,42
TOTAL	17.753.405,30	15.038.942,43

ATIVO FINANCEIRO	4.395.216,40	3.727.881,46	PASSIVO FINANCEIRO*	705.808,30	601.354,53
ATIVO PERMANENTE	13.358.188,90	11.311.060,97	PASSIVO PERMANENTE	1.270.857,04	518.723,22
SALDO PATRIMONIAL				15.776.739,96	13.918.864,68

*Passivo Financeiro: Inclui Restos a Pagar Não Processados

Saldo dos Atos Potenciais Ativos			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS A EXECUTAR		0,00	0,00
DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES A RECEBER		0,00	0,00
DIREITOS CONTRATUAIS A EXECUTAR		0,00	0,00
OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS A EXECUTAR		0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00

Saldo dos Atos Potenciais Passivos			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS A EXECUTAR		0,00	0,00
OBRIGAÇÕES CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES A LIBERAR		0,00	0,00
OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS A EXECUTAR		14.508.127,07	12.079.949,29
OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS A EXECUTAR		0,00	0,00
TOTAL		14.508.127,07	12.079.949,29

**DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO
NO BALANÇO PATRIMONIAL**

FONTES DE RECURSOS		Exercício Atual	Exercício Anterior
1	Recursos do Tesouro (Descentralizados)	16.545,98	16.339,83
69	Receitas Intraorçamentárias P869/05STN	308.837,64	91.463,28
80	Recursos Próprios - Administração Indireta	1.316.911,55	1.546.930,18
94	Retenções em Caráter Consignatório	0,00	0,00

501	Receitas de Alienações de Ativos	7.746,08	7.649,58
511	Taxas - Prestação de Serviços	2.039.366,85	1.464.144,06
TOTAL		3.689.408,10	3.126.526,93

BALANÇO FINANCEIRO

ANEXO 13

2018

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)	10.895.864,92	10.383.838,22	Despesa Orçamentária (VI)	10.414.594,95	9.034.481,71
Ordinária	10.895.864,92	10.383.499,51	Ordinária	10.414.594,95	9.034.481,71
Vinculada	0,00	338,71	Vinculada	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	0,00	0,00	Transferências do FUNDEB	0,00	0,00
Transferências Voluntárias	0,00	0,00	Transferências Voluntárias	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	338,71	Alienação de Bens	0,00	0,00
Operação de Crédito	0,00	0,00	Operação de Crédito	0,00	0,00
Contrato de Rateio-Cons Públic	0,00	0,00	Contrato de Rateio-Cons Públic	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência	0,00	0,00	Regime Próprio de Previdência	0,00	0,00
Transferências de Programas	0,00	0,00	Transferências de Programas	0,00	0,00
Valores Restituíveis	0,00	0,00	Valores Restituíveis	0,00	0,00
Outras Origens	0,00	0,00	Outras Origens	0,00	0,00
COSIP	0,00	0,00	COSIP	0,00	0,00
FUNREBOM	0,00	0,00	FUNREBOM	0,00	0,00
Transferências Financeiras Recebidas (II)	0,00	0,00	Transferências Financeiras Concedidas (VII)	0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários (III)	1.931.039,92	1.682.067,14	Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	1.744.974,95	1.532.579,47
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)	3.727.881,46	2.229.037,28	Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)	4.395.216,40	3.727.881,46
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.727.881,46	2.229.037,28	Caixa e Equivalentes de Caixa	4.395.184,03	3.727.881,46
Realizável	0,00	0,00	Realizável	32,37	0,00
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)	16.554.786,30	14.294.942,64	TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)	16.554.786,30	14.294.942,64

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**ANEXO 12****2018**

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO c=(b-a)
RECEITAS CORRENTES	11.757.000,00	11.757.000,00	10.405.483,54	(1.351.516,46)
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	2.040.000,00	2.040.000,00	2.135.993,26	95.993,26
IMPOSTOS	0,00	0,00	0,00	0,00
TAXAS	2.040.000,00	2.040.000,00	2.135.993,26	95.993,26
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	235.000,00	235.000,00	56.143,02	(178.856,98)
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO ESTADO	0,00	0,00	0,00	0,00
VALORES MOBILIÁRIOS	235.000,00	235.000,00	56.143,02	(178.856,98)
DELEGAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MEDIANTE PERMISSÃO, AUTORIZAÇÃO OU LICENÇA	0,00	0,00	0,00	0,00
CONCESSÃO	0,00	0,00	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	0,00	0,00	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO INTANGÍVEL	0,00	0,00	0,00	0,00
CESSÃO DE DIREITOS	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS PATRIMONIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	9.454.000,00	9.454.000,00	8.192.816,79	(1.261.183,21)
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	9.454.000,00	9.454.000,00	8.192.816,79	(1.261.183,21)
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À NAVEGAÇÃO E AO TRANSPORTE	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00

TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E SUAS ENTIDADES	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS PROVENIENTES DE DEPÓSITOS NÃO IDENTIFICADOS	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA A (a)	RECEITAS REALIZADAS S (b)	SALDO c=(b-a)
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	28.000,00	28.000,00	20.530,47	(7.469,53)
MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E JUDICIAIS	3.000,00	3.000,00	0,00	(3.000,00)
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	10.000,00	10.000,00	0,00	(10.000,00)
BENS, DIREITOS E VALORES INCORPORADOS AO PATRIMÔNIO PÚBLICO	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	15.000,00	15.000,00	20.530,47	5.530,47
RECEITAS DE CAPITAL	4.000,00	4.000,00	0,00	(4.000,00)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO EXTERNO	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	4.000,00	4.000,00	0,00	(4.000,00)
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	4.000,00	4.000,00	0,00	(4.000,00)
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	0,00	0,00	0,00	0,00

TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
RESGATE DE TÍTULOS DO TESOURO	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	265.000,00	324.939,63	490.381,38	165.441,75
RECEITA DE SERVIÇOS	265.000,00	324.939,63	490.381,38	165.441,75
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	265.000,00	324.939,63	490.381,38	165.441,75
SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)	12.026.000,00	12.085.939,63	10.895.864,92	(1.190.074,71)
REFINANCIAMENTO (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00

Amortização da	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária						
Outras Dívidas						
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VIII) = (VI + VII)	12.026.000,00	13.958.463,28	10.414.594,95	9.730.378,07	9.727.025,05	3.543.868,33
SUPERÁVIT (IX)	0,00	0,00	481.269,97	1.165.486,85	1.168.839,87	(481.269,97)
TOTAL (X) = (VIII + IX)	12.026.000,00	13.958.463,28	10.895.864,92	10.895.864,92	10.895.864,92	3.062.598,36
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

ANEXO I - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f) = (a + b - c)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)				
DESPEAS CORRENTES	16.711,24	523.781,59	441.397,31	441.397,31	81.611,20	17.484,32
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPEAS CORRENTES	16.711,24	523.781,59	441.397,31	441.397,31	81.611,20	17.484,32
DESPEAS DE CAPITAL	0,00	46.021,91	46.021,91	46.021,91	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	46.021,91	46.021,91	46.021,91	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	16.711,24	569.803,50	487.419,22	487.419,22	81.611,20	17.484,32

ANEXO II - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS:

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INCRITOS		PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO (f) = (a + b - c)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)			
DESPEAS CORRENTES	8.614,65	5.983,06	14.597,71	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPEAS CORRENTES	8.614,65	5.983,06	14.597,71	0,00	0,00
DESPEAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	8.614,65	5.983,06	14.597,71	0,00	0,00

DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

ANEXO 15

2018

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA			
		14.260.568,88	11.400.404,94
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA			
IMPOSTOS		0,00	0,00
TAXAS		2.696.453,11	2.348.834,09
CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES			
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÓMICO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES DE INTERESSE DAS CATEGÓRIAS PROFISSIONAIS		0,00	0,00
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS			
VENDA DE MERCADORIAS		0,00	0,00
VENDA DE PRODUTOS		0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		11.041.303,89	8.288.962,64
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS			
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA		0,00	102.256,56
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS		0,00	0,00
DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS		0,00	0,00
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS		56.143,02	141.628,43
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS			
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONSÓRCIOS PÚBLICOS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR		0,00	0,00
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS		0,00	0,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS		0,00	0,00
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS			
REAVALIAÇÃO DE ATIVOS		0,00	0,00
GANHOS COM ALIENAÇÃO		0,00	0,00
GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS		0,00	0,00
GANHOS COM DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		0,00	0,00
REVERSÃO DE REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL		0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR		0,00	0,00
RESULTADO POSITIVO DE PARTICIPAÇÕES		0,00	0,00
REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS		0,00	0,00
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		466.668,86	518.723,22

VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA			
		12.288.457,14	10.038.860,42
PESSOAL E ENCARGOS			
REMUNERAÇÃO A PESSOAL		4.241.557,54	3.741.934,02
ENCARGOS PATRONAIS		1.155.117,20	855.833,18
BENEFÍCIOS A PESSOAL		510.638,06	433.656,65
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS		1.131.159,29	818.901,42
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS			
APOSENTADORIAS E REFORMAS		0,00	0,00
PENSÕES		0,00	0,00
BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA		0,00	0,00
BENEFÍCIOS EVENTUAIS		239,39	0,00

POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA		0,00	0,00
OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS		0,00	0,00
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO			
USO DE MATERIAL DE CONSUMO		1.826.347,19	1.836.901,78
SERVIÇOS		728.154,93	656.170,61
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO		98.451,10	107.380,80
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS			
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS		0,00	3.225,96
JUROS E ENCARGOS DE MORA		3.206,57	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS		0,00	0,00
DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS		0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS		964.180,89	835.050,88
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS			
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR		0,00	0,00
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA		0,00	0,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS		0,00	0,00
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS			
REAVLIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE PARA PERDAS		0,00	0,00
PERDAS COM ALIENAÇÃO		0,00	0,00
PERDAS INVOLUNTÁRIAS		0,00	0,00
INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS		0,00	0,00
TRIBUTÁRIAS			
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		440,38	5.686,60
CONTRIBUIÇÕES		410.161,92	210.828,32
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS			
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS-CMV		0,00	0,00
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS- CPV		0,00	0,00
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS - CSP		0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
PREMIAÇÕES		0,00	0,00
RESULTADO NEGATIVO DE PARTICIPAÇÕES		0,00	0,00
INCENTIVOS		0,00	0,00
SUBVENÇÕES ECONÓMICAS		0,00	0,00
PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES		0,00	0,00
VPD DE CONSTITUIÇÃO DE PROVISÕES		0,00	0,00
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		1.218.802,68	533.290,20
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO		1.972.111,74	1.361.544,52

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS
(decorrentes da execução orçamentária)

		0,00	0,00
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
INCORPORAÇÃO DE ATIVO		1.141.164,54	1.168.838,71
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVO		0,00	0,00
INCORPORAÇÃO DE PASSIVO		0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVO		0,00	0,00

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA 2018

DESCRIÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		
INGRESSOS	12.139.334,94	11.490.118,80
RECEITAS DERIVADAS	2.135.993,26	2.026.624,62
Receita Tributária	2.135.993,26	2.026.624,62
Receita de Contribuições	0,00	0,00
Outras Receitas Derivadas	0,00	0,00
RECEITAS ORIGINÁRIAS	8.759.871,66	8.357.213,60
Receita Patrimonial	56.143,02	141.628,43
Receita Agropecuária	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00
Receita de Serviços	8.683.196,17	8.095.078,39
Outras Receitas Originárias	20.530,47	120.506,78
Remuneração das Disponibilidades	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS	1.243.470,02	1.106.280,58
Intergovernamentais	0,00	0,00
da União	0,00	0,00
de Estados e Distrito Federal	0,00	0,00
de Municípios	0,00	0,00
Intragovernamentais	0,00	0,00
Transferências Financeiras Recebidas	0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários	1.243.470,02	1.106.280,58
DESEMBOLSOS	10.522.133,65	8.956.239,66
PESSOAL E OUTRAS DESPESAS CORRENTES POR FUNÇÃO	6.553.519,32	5.441.215,52
ADMINISTRAÇÃO	6.553.519,32	5.441.215,52
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	0,00	0,00
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	0,00	0,00
Outros Encargos da Dívida	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS	3.968.614,33	3.515.024,14
Intergovernamentais	0,00	0,00
da União	0,00	0,00
de Estados e Distrito Federal	0,00	0,00
de Municípios	0,00	0,00
Intragovernamentais	2.725.656,31	2.408.733,21
Transferências Financeiras Concedidas	0,00	0,00
Pagamentos Extraorçamentários	1.242.958,02	1.106.290,93
Outros Desembolsos	0,00	0,00
Perdas de Investimentos e Aplicações	0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	1.617.201,29	2.533.879,14
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	0,00	0,00
DESEMBOLSOS	949.866,35	1.035.034,96
AQUISIÇÃO DE ATIVO NÃO CIRCULANTE	949.866,35	1.035.034,96
CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(949.866,35)	(1.035.034,96)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00
DESEMBOLSOS	0,00	0,00

AMORTIZAÇÃO/REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA	0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00	0,00

APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	667.334,94	1.498.844,18
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	3.727.881,46	2.229.037,28
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	4.395.216,40	3.727.881,46

NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO PATRIMONIAL

1. Contexto Operacional

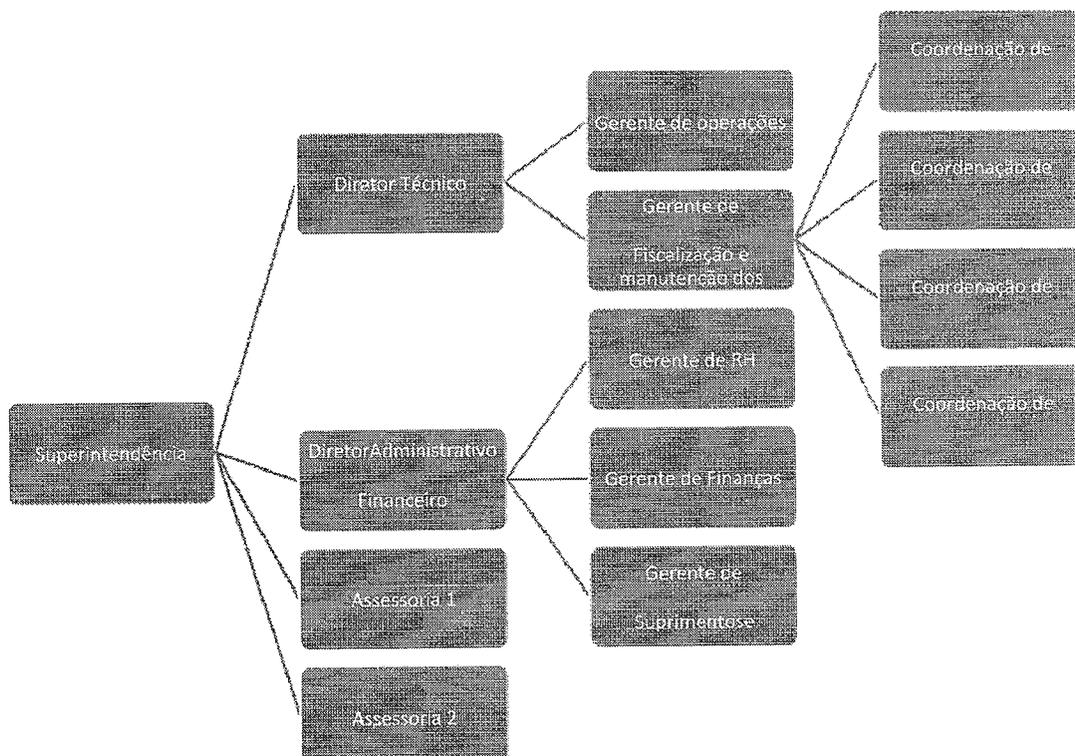
A Lei Complementar n.º 101/00, Lei 10.180/01 e os Decretos 6.976/09 e 7.482/11, que conferem à Secretaria do Tesouro Nacional (STN), do Ministério da Fazenda (MF) a condição de órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, o que estabelece a Portaria Conjunta nº 002/12 e Portaria n.º 437/12, padronizam os procedimentos contábeis orçamentários nos três níveis de governo, instituindo as demonstrações contábeis padronizadas e consolidação de dados, estabelecendo regras de procedimentos, destacando aquelas mais relevantes de forma a proporcionar maior transparência sobre as contas públicas.

2. Relação das Atividades Controladas pela Autarquia

A "ACESF – Administração dos Cemitérios e Serviços Funerários" foi criada pela LEI MUNICIPAL Nº 2.837, DE 01/12/1977, sob a forma de autarquia, com personalidade jurídica, patrimônio próprio e autonomia financeira, com sede e foro na Cidade de Londrina. As principais atividades e finalidades da autarquia são a administração e coordenação dos serviços funerários no município, podendo realizá-las diretamente ou sob regime de concessão, mediante licitação.

3. Relação das Atividades Consolidadas nas Demonstrações Contábeis do Exercício, conforme a Lei Orçamentária Anual

Organograma da Administração de Cemitérios e Serviços Funerários de Londrina



4. Base de Preparação

Os referidos demonstrativos foram preparados utilizando-se as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), as instruções descritas no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) 7ª edição, e a estrutura proposta no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) válido para 2018, bem como considerando o disposto na Lei nº 4.320/1964, na Lei Complementar nº 101/2000 e demais normas aplicáveis às finanças públicas.

Considerando que no Brasil ainda não houve total convergência às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (International Public Sector Accounting Standards – IPSAS), as referidas normas não foram observadas em sua integridade, foram utilizadas de maneira subsidiária. Isso porque as IPSAS ainda não possuem aplicação integral e obrigatória para as entidades governamentais brasileiras, porém, quando não há norma semelhante ou quando a norma brasileira é mais sucinta, tais normas auxiliam na busca por uma melhor evidenciação dos fenômenos econômicos. De igual modo, as Normas Internacionais para Relato Financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS) foram utilizadas de maneira subsidiária.

O objetivo principal das Demonstrações Contábeis corresponde ao fornecimento de informações, aos usuários internos e externos, sobre a gestão do Patrimônio Público Municipal, referentes à posição e à mutação do patrimônio público, ao desempenho econômico-financeiro, à execução orçamentária, aos fluxos de caixa, aos fluxos financeiros e a outros dados que auxiliem na avaliação da gestão econômico-financeira do governo Municipal.

As estruturas e a composição de tais demonstrativos estão de acordo com as bases propostas pelas NBCASP's, no PCASP e no MCASP.

5. Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do país.

6. Uso de Julgamentos, Estimativa e Premissas Contábeis Significativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a Autarquia fez uso de estimativas que afetam diretamente o valor de avaliação dos ativos e passivos constantes nas demonstrações. Não foi observado o uso de julgamentos que tenham impacto significativo nas demonstrações contábeis exceto pela avaliação feita dos bens móveis.

7. Políticas Contábeis

As receitas e despesas orçamentárias foram codificadas de acordo com a Portaria Interministerial STN/SOF nº 163, de 04/05/2001, e suas alterações. A Lei Orçamentária Anual nº Lei nº 12.646, de 26 de dezembro de 2017, publicada no Jornal Oficial do Município nº 3.421 de 29 de dezembro de 2017, estimou as receitas e fixou as despesas para o exercício de 2018 e suas respectivas alterações. Os atos e fatos foram registrados dentro do regime de competência, das despesas legalmente empenhadas e as receitas pertencentes ao exercício financeiro. As alterações da situação líquida patrimonial foram registradas à conta de variações patrimoniais.

Para efeito de comparabilidade, as demonstrações encerradas em 31 de dezembro de 2017 estão sendo ladeadas pelas demonstrações de 31 de dezembro de 2018.

8. Resumo das Principais Políticas Contábeis

a) Disponibilidades

As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original. As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original e atualizadas até a data do Balanço Patrimonial. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado.

b) Créditos e Dívidas

Os direitos, as obrigações e os títulos de créditos são mensurados ou avaliados pelo valor original. Os direitos, as obrigações são ajustadas a valor presente.

c) Estoques

A Entidade possui estoque de urnas mortuárias e velas, uma vez que é a principal atividade da Autarquia de Serviços Funerários. Demonstramos, portanto, os saldos discriminados abaixo (*Item 11*).

d) Imobilizado

O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, e mensurado ou avaliado, inicialmente, com base no valor de aquisição, produção ou construção.

e) Depreciação

A depreciação de bens adquiridos e postos em operação vem sendo realizada mensalmente de acordo com a tabela definida na Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº. 162/1998 de 31 de dezembro de 1998 que aprovou a NBCT 16.9, Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, que traz definição de depreciação.

f) Precatórios

Os precatórios são requisições de pagamento emitidas pelo Poder Judiciário, determinando a importância que a Fazenda Pública (nas esferas federal, estadual e municipal) foi condenada a desembolsar, ou seja, a cobrança do resultado de uma ação que reconheceu a determinada pessoa física ou jurídica o direito constitucional de receber o crédito que o poder público lhe deve.

O pagamento será determinado e executado pelo Tribunal de Justiça, conforme determinado na Emenda Constitucional 94/2016 cuida de novo sistema de pagamento de precatórios. Segundo a nova regra, os precatórios a cargo dos estados, do Distrito Federal e de municípios pendentes até 25 de março de 2015 e aqueles a vencer até 31 de dezembro de 2020 poderão ser pagos até 2020, dentro de um regime especial.

A segregação dos precatórios por período (anterior e posterior a 05/05/2000) decorre da Resolução do Senado Federal nº. 40, de 21 de dezembro de 2001, que, em seu artigo 1º, §1º, inciso III, determinou que os precatórios judiciais emitidos a partir de 05/05/2000 e não pagos durante a execução do orçamento no qual foram incluídos fazem parte da dívida pública consolidada para fins de cumprimento dos limites de endividamento. Por meio do Decreto ou Lei Municipal nº213, de 04 de março de 2010, o Município optou pelo regime especial de pagamento dos seus precatórios na forma do inciso II, do § 1º do artigo 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), redação dada pela Emenda Constitucional nº 62/2009 (prazo de pagamento até 5 anos), incluídos os precatórios da administração direta e indireta. Nesse regime, constam os precatórios que se encontravam pendentes de pagamento e os que viessem a ser emitidos durante a sua vigência. Para o pagamento dos precatórios vencidos e a vencer será depositado, anualmente, em conta própria, o montante correspondente ao saldo dos precatórios devidos dividido pelo número de anos restantes no regime especial de pagamento, em parcelas mensais de 1/12 avos

Dos recursos depositados em conta própria para pagamento de precatórios judiciais, são ou serão utilizados:

- i. 50% (cinquenta por cento) para o pagamento de precatórios em ordem cronológica de apresentação, observadas as preferências definidas no § 1º do artigo 100 da Constituição Federal para os precatórios do mesmo ano, e no § 2º daquele mesmo artigo para os precatórios em geral;

- ii. 50% (cinquenta por cento) na forma que oportunamente vier ser estabelecida pelo Poder Executivo, em conformidade com o disposto no § 8º e seus incisos do artigo 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

g) Restos a pagar

Os restos a pagar não processados inscritos nos exercícios anteriores a 2017 e não liquidados até 31/12/2017 foram cancelados, com exceção daqueles referentes a despesas já ordenadas. Os restos a pagar processados, permanecem inscritos com o status no passivo com atributo "F" Financeiro.

h) Registro da Receita Orçamentária

A política contábil é apenas os registros das receitas orçamentárias da entidade, como órgão da administração indireta não sendo consolidado.

i) Distinção entre Circulante e Não Circulante

A política contábil adotada evidencia como circulante, os direitos e as obrigações com valores de realização em até 12 meses da data de levantamento dessas demonstrações contábeis. Os ingressos extra orçamentários, tais como cauções e outras entradas compensatórias, são considerados como circulante, independentemente do prazo de devolução do recurso.

j) Apuração dos Custos dos Serviços Públicos

O Poder Executivo está desenvolvendo, pela Diretoria de Custos da Controladoria-Geral do Município, a instituição dos Custos Públicos incorridos de conformidade com o Decreto Municipal nº 728/2015, em todos os órgãos e entidades da administração pública direta e indireta. Em 2016 as atividades foram voltadas para os processos de integração entre os subsistemas administrativos, tais como o Sistema de Gestão de Pessoas, Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal.

k) Apuração do Resultado

Os resultados orçamentário e patrimonial foram apurados de acordo com as práticas contábeis vigentes, sendo as receitas orçamentárias reconhecidas pelo regime de competência, as despesas orçamentárias pelo empenho no exercício e as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas de acordo com o seu fato gerador.

**BALANÇO PATRIMONIAL
ATIVOS**

9. Caixa e Equivalentes de Caixa

ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
ATIVO CIRCULANTE	4.395.184,03	3.727.881,46
Caixa e Equivalentes de Caixa	4.395.184,03	3.727.881,46
Caixa e Equivalente a Caixa em Moeda Nacional	4.395.184,03	3.727.881,46

Compreendem os saldos de depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor. Essas aplicações estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e possuem liquidez imediata.

Os recursos financeiros são aplicados no mercado financeiro, conforme o disposto na legislação, a qual estabelece que as disponibilidades financeiras da administração pública municipal são aplicadas em instituições financeiras oficiais, que apresentarem maior rentabilidade e segurança de retorno, respeitadas as cláusulas vigentes em contratos. Dessa forma, para a operacionalização dos registros contábeis das contas bancárias de movimento e das aplicações financeiras em contas de recursos livres e vinculados, mantendo na Unidade de Tesouraria o controle analítico das contas bancárias.

10. Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
Créditos Realizáveis a Curto Prazo	4.593.500,92	1.695.465,82
Créditos Tributário a Receber	920.084,85	348.060,92
Clientes	3.673.416,07	1.347.404,90
Créditos de Transferências a Receber	0,00	0,00
Dívida Ativa Tributária	0,00	0,00
Dívida Ativa Não Tributária	0,00	0,00
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo	0,00	0,00
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	32,41	0,04
Adiantamentos Concedidos Pessoal e a Terceiros	0,00	0,00
Tributos a Recuperar / Compensar	0,00	0,00
Créditos por Danos ao Patrimônio	32,37	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	0,00
Dívida Ativa Não Tributária - Demais Créditos	0,00	0,00
Outros Créditos a Receber e Valores a Receber	0,04	0,04
(-) Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	0,00	0,00

Referem-se a créditos oriundos de exercícios anteriores registrados em atos no balanço pelo valor nominal relativos a direitos a receber de terceiros, sendo o crédito tributário a receber referente a taxa de manutenção anual e o de Clientes referente a prestação de serviços funerários.

11. Estoques

ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
Estoques	201.926,05	1.146.630,31
Material para Revenda	201.926,05	1.146.630,31

12. Imobilizado

ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
ATIVO NÃO CIRCULANTE	8.562.761,89	8.468.964,80
Ativo Realizável a Longo Prazo	0,00	0,00
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00
Participações Permanentes	0,00	0,00
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimento	0,00	0,00
Imobilizado	8.562.761,89	8.468.964,80
Bens Móveis	1.697.849,33	1.537.473,05
Bens Imóveis	7.059.044,46	7.027.172,55
(-) Depreciação, exaustão e amortização acumuladas	-205.831,90	-107.380,80
Intangível	11.700,00	11.700,00
Marcas, direitos e patentes industriais	11.700,00	11.700,00

Tanto os Bens móveis quanto os Bens imóveis foram registrados pelo custo de aquisição e foram deduzidas as depreciações/amortizações acumuladas dos bens móveis. Tais depreciações/amortizações estão sendo implantados de forma gradual nos bens imóveis, dependendo de avaliação e de sistema apropriado em fase de desenvolvimento.

PASSIVOS**13. Passivo Circulante**

ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
PASSIVO CIRCULANTE	2880,03	5.983,06
Obrigações Trabalhistas, Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	0,00	0,00
Pessoal a pagar	0,00	0,00
Benefício Previdenciários a Pagar	0,00	0,00
Benefício Assistenciais a Pagar	0,00	0,00
Encargos Sociais a Pagar	0,00	0,00
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	0,00	0,00
Empréstimos a Curto Prazo - Interno	0,00	0,00
Financiamentos a Curto Prazo - Interno	0,00	0,00
Juros e Encargos a Pagar de Empréstimos e Financiamentos	0,00	0,00
Fornecedores e Contas a Pagar de Curto Prazo	0,00	0,00
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo	2.880,03	5.983,06
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	0,00	0,00
Obrigações Fiscais a Curto Prazo com a União Consolidado	0,00	0,00
Obrigações Fiscais a Curto Prazo com os Estados Consolidado	0,00	0,00
Provisões de Curto Prazo	0,00	0,00
Provisões de Curto Prazo	0,00	0,00

Representam as obrigações de curto e longo prazo junto a fornecedores utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes de fornecimento de bens e prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone e todas as outras contas a pagar.

14. Demais Obrigações a Curto Prazo

ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
Demais Obrigações a Curto Prazo	1.227,07	8.856,73
Valores Restituíveis	754,08	242,08
Outras Obrigações a Curto Prazo	472,99	8.614,65

Representam as obrigações da Autarquia junto a terceiros, não inclusas nos subgrupos anteriores.

15. Passivo Não Circulante

ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	1.270.857,04	518.723,22
Obrigações Trabalhistas, Previd. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	489.868,98	518.723,22
Precatórios de Terceiros do Exercício	0,00	0,00
Precatórios de Terceiros do Exercícios Anteriores – A Partir de 05/02/2000	489.868,98	518.723,22
Encargos Sociais a Pagar	0,00	0,00
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	0,00	0,00
Empréstimos a Longo Prazo - Interno	0,00	0,00
Financiamentos a Longo Prazo - Interno	0,00	0,00
Obrigações Fiscais de Longo Prazo	0,00	0,00
Obrigações Fiscais a Longo Prazo com a União Consolidado	0,00	0,00
Demais Obrigações a Longo Prazo	780.988,06	0,00
Outras obrigações a Longo Prazo	780.988,06	0,00

Precatórios de Terceiro do Exercício (Contas Transitórias)

Refere-se a Precatório de Pessoal a Pagar, acima discriminado do Grupo de Obrigações Trabalhistas e Assistenciais a Pagar, para transferência de saldo no próximo exercício, de conformidade com as alterações estabelecida no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público PCASP, para o próximo exercício.

Precatórios de Terceiros de Exercícios Anteriores A Partir de 05/05/2000

Decorrem das obrigações atualizadas dos valores de ofícios requisitórios de inscrições de precatórios registrados a partir de 05/05/2000.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO**16. Resultados**

ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
Resultados Acumulados	16.478.441,16	14.505.379,42
Resultado do Exercício	1.972.111,74	1.361.544,52
Resultados de Exercícios Anteriores	14.505.379,42	13.143.834,90
Ajustes de Exercícios Anteriores	950,00	0,00
Lucros e Prejuízos acumulados	0,00	0,00
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16.478.441,16	14.505.379,42

Compreende o saldo remanescente dos lucros ou prejuízos líquidos das empresas e os superávits ou déficits acumulados da administração direta, autarquias, fundações e fundos.

Superávits e Déficits de Exercícios Anteriores

Refere-se ao saldo acumulado dos resultados de exercícios anteriores, alterados em função de ajustes que não possam ser atribuídos ao resultado do corrente exercício.

Ajustes de Exercícios Anteriores

A conta Ajustes de Exercícios Anteriores foi movimentada em 2018, substancialmente, em função de: a) mudança de práticas contábeis, inclusive: reavaliação positiva ou negativa, conforme os procedimentos previstos quando se tratar da primeira avaliação do bem. A Diretoria de Contabilidade optou por seguir o padrão estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), vinculada ao Ministério da Fazenda, promovendo o lançamento da reavaliação inicial a conta de ajuste de exercícios anteriores.

CONTAS DE CONTROLES**17. Atos Potenciais**

Contas Contábeis	2018	2017
ATOS POTENCIAIS ATIVOS	0,00	0,00
Garantia e Contra garantias Recebidas	0,00	0,00
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	14.508.127,07	12.079.949,29
Obrigações Contratuais a Executar	14.508.127,07	12.079.949,29
TOTAL	14.508.127,07	12.079.949,29

Atos Potenciais Ativos

Não há.

Atos Potenciais Passivos

Obrigações Contratuais a Executar – O valor de R\$ 14.508.127,07 (Quatorze Milhões, Quinhentos e Oito Mil, Cento e Sete Reais e Sete Centavos) refere-se à participação desta Autarquia, em conjunto com o Município, em diversos contratos firmados, todos devidamente precedidos de processos licitatórios, em conformidade com os ditames da Lei Federal 8.666/93.

NOTA 18 – O Município optou pela contratação do sistema de contabilidade terceirizada para toda a administração, tanto para a administração direta, assim como para as indiretas, com objetivo de atender a consolidação dos balanços, a qual se encontra perfeitamente atinada à legislação aplicada ao setor público e profissional, e estando assim regulamentada pelo Conselho Federal de Contabilidade, no que tange a questão ética profissional. Os resultados produzidos são frutos do documental remetido para contabilização pelos órgãos da administração, respondendo estes, pela veracidade, integralidade e procedência. Os gestores se encontram cientes de toda legislação aqui aplicável, especialmente ao tocante às responsabilidades quanto à documentação e procedimentos adotados. A responsabilidade do profissional contador que referencia estas demonstrações contábeis está limitada aos fatos efetivamente notificados pelos referidos órgãos da administração a este profissional.

BALANÇO FINANCEIRO**19. Considerações**

O Balanço Financeiro, segundo a NBC T 16,6, objetiva demonstrar todas as entradas e saídas de recursos financeiros seja de origem orçamentária ou extraorçamentária, bem como os saldos do início e do final do período. As receitas orçamentárias são apresentadas líquidas das deduções.

O Balanço Financeiro é estruturado de forma a evidenciar o resultado financeiro do período, a diferença entre o total dos ingressos financeiros e o total dos dispêndios financeiros tanto orçamentários como extraorçamentários. O resultado financeiro positivo indica que houve mais ingressos de recursos do que dispêndios, por simetria, o negativo indica que houve mais dispêndios. É importante que as demonstrações contábeis sejam avaliadas em conjunto, pois uma variação positiva na disponibilidade do período não é sinônimo, necessariamente, de bom desempenho da gestão financeira, uma vez que tal variação pode ter sido ocasionada por endividamento público.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**20. Considerações**

O Balanço Orçamentário, segundo a NBC T 16.6, evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e suas alterações como a execução, demonstrando o resultado orçamentário do exercício. O Balanço Orçamentário é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

As características operacionais da Autarquia levam naturalmente à independência orçamentária em relação ao município, pois a autarquia tem exclusividade da prestação de serviços funerários no município, ou seja, gera receita própria.

DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO PATRIMONIAL**21. Considerações**

O resultado patrimonial do exercício não é um indicador de desempenho da Autarquia, mas um medidor de quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas ou qualitativas dos elementos patrimoniais no respectivo período. Para administração pública é um indicador de gestão fiscal por isso, a evolução do Patrimônio Líquido é objeto de análise do anexo de metas fiscais integrantes da Lei de Diretrizes Orçamentárias, conforme LC 101/00, art.4º parágrafo 2º, inciso III.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**22. Considerações**

A Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC, segundo a NBC T 16.6, permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços públicos.

A DFC, foi elaborado pelo método direto e evidencia as movimentações havida no caixa e seus equivalentes, nos seguintes fluxos:

Das operações;
Dos investimentos;
Dos financiamentos.

A DFC foi elaborada com base na Instrução de Procedimentos Contábeis – Metodologia para Elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa, denominada IPC 08.

A soma dos três fluxos deverá corresponder à diferença entre o saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa do exercício em relação ao saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa do exercício anterior (IPC 08 item 18).

Por tratar-se de uma entidade da administração indireta, Autarquia Municipal, de atividade de prestação de serviços, a disponibilidade é composta por equivalente de caixa e realizáveis de atributos financeiros. O saldo de caixa e equivalentes de caixa são referentes as aplicações financeiras de alta liquidez e realizável de curto prazo.

Londrina, 31 de dezembro de 2018. Leonilso Jaqueta – Superintendente, Walmir Maireno Andreatto – Contador CRC PR 022.560/O-8, Newton Hideki Tanimura – Controlador Geral do Município.

AMS – AUTARQUIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PORTARIA

PORTARIA AMS-PO Nº 176, DE 25 DE MARÇO DE 2019

SÚMULA: Trata da tramitação interna dos procedimentos de contratação pautados no inciso IV do Art. 24 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA AUTARQUIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a competência atribuída pelos incisos VII e XXII, "f", do Art. 122 do Regimento Interno da Autarquia Municipal de Saúde;

CONSIDERANDO o disposto no Art. 37, XXI, da Constituição Federal e nos Arts. 24, IV, 26, 59, parágrafo único, e 60, parágrafo único, todos da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

CONSIDERANDO o Decreto n.º 666, de 31 de maio de 2012, alterado pelo Decreto n.º 848, de 19 de julho de 2012;

CONSIDERANDO a necessidade de uniformizar os procedimentos adotados no âmbito desta Autarquia;

RESOLVE:

Art. 1º. A presente portaria estabelece os procedimentos que devem ser adotados nos casos de contratação direta de bens ou serviços para atender necessidade pública emergencial no âmbito dos órgãos que compõem a Autarquia Municipal de Saúde.

§ 1º. A contratação direta será admissível nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos.